

Senado abre cofre mas não libera documento

O Brasil ainda vai ter que esperar um pouco mais para conhecer a parcela de sua História que está trancada no arquivo do Senado. Ontem, o presidente da Casa, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), abriu o cofre onde estão cartas do líder comunista Luís Carlos Prestes, atas de sessões secretas e documentos relativos à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, mas o conteúdo desses papéis só será revelado depois que eles passarem pela triagem de uma comissão de senadores.

“Queremos evitar a eventual abertura de velhas feridas”, justifica o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que compõe a comissão presidida pelo senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) e formada, ainda, pelos senadores Luís Viana Filho (PMDB-BA), Mário Maia (PDT-AC) e Nabor Júnior (PMDB-AC). A primeira reunião da comissão ainda não foi marcada, mas deve acontecer dentro de uma ou duas semanas.

Passarinho adianta que documentos como a correspondência de Prestes e os relativos à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros provavelmente serão revelados. Os papéis que com certeza sofrerão exame mais cuidadoso

são os referentes à Guerra do Paraguai, pois os senadores temem que sua divulgação possa causar estremecimentos nas relações entre os dois países.

A preocupação em não reabrir polêmicas sobre a Guerra do Paraguai foi a principal razão da derrota de uma proposta apresentada pelo constituinte Pimenta da Veiga (PMDB-MG) para que todos os documentos oficiais fossem divulgados após 25 anos, tal como acontece nos Estados Unidos.

Além de documentos secretos, o cofre do arquivo do Senado também guarda objetos valiosos como placas e peças artísticas doados à Casa. Ao abrir o cofre, ontem pela manhã, o senador Nelson Carneiro anunciou que pretende organizar uma exposição permanente de todos esses objetos, o que já é feito com os antigos móveis utilizados no Palácio Monroe, onde o Senado funcionava até 1960.

Ao contrário do que se pensa, os senadores afirmam que o arquivo do Senado não esconde grandes segredos. As atas das sessões secretas que existiam antes de promulgada a Constituição também não são reveladoras. Nelas só constam as cotações.